



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 16.372/18

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da **PBPrev, Sr. Yuri Simpson Lobato**, concedendo Pensão por morte do servidor Elias Alves Barboza, Coronel, Matrícula nº 508.024-0, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária *Analice Fernandes de Lucena Barboza*. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a Analice Fernandes de Lucena Barboza (Portaria P nº 420).

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 16.372/18

Objeto: Pensão

Beneficiária: **Analice Fernandes de Lucena Barboza**

Servidor (a): Elias Alves Barboza

Órgão: PBPprev

Gestor Responsável: Yuri Simpson Lobato

Procurador/Patrono: Roberto Alves de Melo Filho

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC – nº 0190/2019

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 16.372/18, referente à concessão de Pensão por morte do servidor Elias Alves Barboza, Coronel, Matrícula nº 508.024-0, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária **Analice Fernandes de Lucena Barboza**, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em JULGAR REGULAR o ato concessivo (Portaria P nº 420), tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 07 de fevereiro de 2019.

Assinado 8 de Fevereiro de 2019 às 12:15



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 8 de Fevereiro de 2019 às 11:27



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira
Filho**
RELATOR

Assinado 8 de Fevereiro de 2019 às 11:35



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO